



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 25/25 – "Dispõe sobre a autorização da implantação da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) com Centro de Hemodiálise adaptado, e dá outras providências."

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Amaral da Associação, com o objetivo de autorizar o Município a criar e implantar a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) com Centro de Hemodiálise adaptado.

É o Relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

A matéria obedece ao disposto no art. 39 da Lei Orgânica Municipal e artigo 9º do Regimento Interno, *verbis*:

LEI ORGÂNICA:

Art. 39. Compete à Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:

REGIMENTO INTERNO:

Art. 9º Compete à Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela LOM, especialmente:

O art. 196 da Constituição Federal determina que saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e

Amplius



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



recuperação, *verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No âmbito estadual o art. 186 da Constituição do Estado de Minas Gerais, define que a saúde é direito de todos, e a assistência a ela é dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ainda sobre a saúde o art. 187 da mesma constituição, estabelece que ações e serviços de saúde são de relevância pública, e cabem ao Poder Público sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma da lei.

Na esfera municipal o art. 158 da Lei Orgânica Municipal, dispõe que a saúde é direito de todos os habitantes do Município e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem a prevenção e ou eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, *verbis*:

Art. 158. A saúde é direito de todos os habitantes do Município e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem a prevenção e ou eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ainda, a Lei Orgânica define em seu art. 16, inciso XXII, a competência privativa ao Município, legislar sobre assuntos de interesse local.

Desta forma não constitui vício de inconstitucionalidade, mas, caso não haja dotação específica e suficiente para tal projeto, a norma será aplicável somente no exercício financeiro subsequente ao que for promulgada, pois o artigo 145 da Lei Orgânica prevê que é vedado o início de programas, projetos e atividades não incluídos na lei orçamentária anual, *verbis*:

Art. 145. São vedados:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA PROCURADORIA GERAL



I – O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

Vale ainda ressaltar que o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência com repercussão geral sobre o tema, e considera que não há vício de iniciativa em projeto de lei que gere dispêndio para o poder público se não estiver tratando da estrutura administrativa ou da atribuição dos seus órgãos, nos seguintes termos:

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 878.911 RIO
DE JANEIRO

RELATOR :MIN. GILMAR MENDES

RECTE.(S) :CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE
JANEIRO

ADV.(A/S) :JOSÉ LUIS GALAMBA MINC
BAUMFELD E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) :PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO
DE JANEIRO

ADV.(A/S) :ANDRÉ TOSTES

Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.

Seguindo o entendimento consolidado em repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, não há vício de iniciativa do projeto em apreciação, já que sua matéria não está dentre aquelas relacionadas no art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem reforçado a competência dos Municípios para legislar sobre a criação de programas de assistência à saúde, desde que respeitados os limites constitucionais e os princípios da administração pública. O STF tem reconhecido a importância da atuação do poder público em nível municipal para garantir a implementação de políticas públicas efetivas de saúde, especialmente para grupos vulneráveis.

É importante lembrar que o projeto de lei é apenas autorizativo e não impositivo além do que, está em consonância com essa linha jurisprudencial, ao autorizar o Município criar os serviços de UTI e Hemodiálise.

A norma através da qual a matéria foi proposta é adequada, já que não está dentre aquelas reservadas para lei Complementar, nos termos do art. 49 da LOM.

O projeto em apreciação atende ao disposto na Lei Complementar Federal nº 95/1998, no Decreto Federal nº 12.002/2024 e foi redigido nos termos do art. 169 do Regimento da Casa desta Casa.

De acordo com os artigos 68 e 72 do Regimento Interno o projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes Comissões permanentes:

*Art. 68. Compete à **Comissão de Finanças, Justiça e Legislação** manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.*

...

*Art. 72. Compete à **Comissão de Educação, Cultura e Saúde**, emitir parecer sobre proposições referentes à educação, ensino e artes, e outras manifestações culturais ao patrimônio histórico, aos esportes e lazer, à higiene e saúde pública.*

O quórum das deliberações do projeto é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno, caso aprovado nas Comissões Permanentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, OPINO pela possibilidade de tramitação tendo em vista a juridicidade do projeto em análise.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos Vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 25 de março de 2025.

PAULINO JOSÉ DE QUEIROZ

OAB/MG. 41.902

Procurador Geral